

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 197

Brasília, segunda-feira, 9 de setembro de 2024

Sumário

Seção 3

Ata Sucinta da 70ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 70ª Sessão Ordinária.....	10
Ata Sucinta da 31ª Sessão Extraordinária.....	32
Ata Circunstanciada da 31ª Sessão Extraordinária ..	37



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Seção 3

Ata Sucinta da 70ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA DA 70ª (SEPTUAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 3 DE SETEMBRO DE 2024

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Ricardo Vale e Fábio Félix
SECRETARIA: Deputados Pastor Daniel de Castro e Eduardo Pedrosa
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 15 horas e 13 minutos
TÉRMINO: 17 horas e 11 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Pastor Daniel de Castro)

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– O Deputado Pastor Daniel de Castro procede à leitura do expediente sobre a mesa.

1.2 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o presidente da sessão considera aprovadas, sem observações, as Atas das 68ª e 69ª Sessões Ordinárias.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputado Chico Vigilante

- Chama a atenção do GDF para os casos de dengue que continuam a ser registrados, apesar do período de estiagem, e clama por providências.
- Exalta o crescimento do PIB no País, que se encontra em segundo lugar em lista de 53 países.
- Deplora o comportamento do empresário Elon Musk por desafiar ordem judicial da Suprema Corte brasileira.

Deputado Pastor Daniel de Castro

- Apresenta reflexões sobre a transitoriedade de posicionamentos políticos, e cita como exemplo declarações da esquerda relativas a Elon Musk e Nicolás Maduro.
- Preocupa-se com a falta de harmonia e independência entre os poderes, e surpreende-se com notícias veiculadas na imprensa sobre decisões do Presidente da República, as quais julga ferirem princípios da democracia.
- Advoga o respeito à soberania popular, a proteção aos direitos individuais e ao irrestrito exercício da liberdade de expressão.
- Alerta para o risco de suicídio de idosa presa em razão das manifestações de 8 de janeiro e condenada a 16 anos de reclusão.

Deputado Max Maciel

- Condena a remoção de vendedores ambulantes não cadastrados do Eixão do Lazer, e lamenta que as regiões administrativas são carentes de equipamentos de lazer e de espaços públicos gratuitos.
- Participa que acontecerá amanhã audiência pública para debater o direito do povo a acessar espaços públicos.
- Menciona relatório da Universidade de Brasília, segundo o qual faltará água em Brasília no futuro próximo, e enfatiza a necessidade de instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Rio Melchior.

Deputado Jorge Vianna

– Solicita aos deputados da base do Governo que venham ao plenário para apreciar a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias do DF, a fim de aprovar reajuste salarial de servidores.

Deputado Roosevelt

– Manifesta preocupação com o Projeto de Lei nº 1.258, de 2024, de autoria do Poder Executivo, que altera a lei de regularização das terras rurais no Distrito Federal, e ressalta a importância da concessão de escritura das propriedades aos seus titulares.

– Anuncia que estará em São Paulo no dia 7 de setembro, ombreado com o povo brasileiro em defesa do País.

– Lastima aumento do índice de mortalidade da população infantil indígena brasileira e de episódios danosos ao meio ambiente.

Deputado Gabriel Magno

– Observa que há duas categorias da saúde paralisadas, e censura a inação do Governo.

– Manifesta repúdio à ação promovida pelo GDF no Eixão do Lazer, e discorre sobre a falta de políticas públicas destinadas à cultura e à geração de emprego e renda para a população.

– Comunica que amanhã será realizada audiência pública para discutir a ocupação dos espaços públicos.

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado Fábio Félix

– Protesta contra a ação do Governo no Eixão em desfavor de vendedores ambulantes, e informa que haverá manifestação contra as arbitrariedades cometidas.

– Defende tarifa zero aos domingos para que a população possa participar de eventos culturais.

– Denuncia a inoperância do sistema do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER-DF para a realização do pré-cadastro dos ambulantes.

Deputada Dayse Amarilio

– Reivindica a aprovação do projeto concernente à categoria da enfermagem, e comenta a greve desses profissionais, comprometidos com a saúde da população.

– Agradece a recepção da Secretária de Saúde, e enaltece a importância do trabalho da enfermagem.

Deputado Rogério Morro da Cruz

– Demonstra sua gratidão a todos pelas manifestações de solidariedade e carinho no momento que estava enfermo.

Deputado Thiago Manzoni

– Discorre sobre o Estado Democrático de Direito brasileiro e a possível atribuição de superpoderes ao Judiciário.

– Critica a decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender rede social no País.

Deputada Paula Belmonte

– Apoia a causa dos profissionais da saúde presentes na galeria, e apela aos representantes do GDF que negociem com a categoria para evitar a greve iminente.

– Defende a instalação de CPI sobre a situação do Rio Melchior, e enfatiza a importância da preservação deste curso d'água para a população do Distrito Federal.

– Indigna-se com o uso da linguagem neutra na execução do hino nacional brasileiro em evento com a participação do Presidente da República.

3 ORDEM DO DIA

Observação: As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

(1º) **ITEM 118:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 1.266, de 2024**, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Jorge Vianna, favorável à proposição e à emenda apresentada. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(2º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do **Requerimento nº 1.575, de 2024**, de autoria do Deputado Fábio Félix, que "requer a realização de Audiência Pública, a ser realizada no dia 04 de setembro de 2024, às 18:30, no Plenário da CLDF, em defesa da Cultura no Eixão do Lazer no Distrito Federal".

– Votação da proposição em turno único. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(3º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em bloco, em turno único, da **Moção nº962, de 2024**, de autoria do Deputado Max Maciel, que "reconhece e apresenta votos de louvor ao Senhor Mano Brow, *rapper*, cantor, empresário e apresentador brasileiro", e do **Requerimento nº 1.584, de 2024**, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 12 de setembro de 2024 em Comissão Geral, para debater a situação da Saúde no Distrito Federal".

– Votação das proposições em turno único. **APROVADAS** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

4 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Ricardo Vale)

– Informa a edição do Decreto nº 46.226, de 3 de setembro de 2024, do Poder Executivo, que revoga a proibição do trabalho de ambulantes no Eixão aos domingos e determina o prazo de 30 dias para o DER elaborar o Plano de Uso e Ocupação do Eixão do Lazer.

– Anuncia a presença de professores e alunos do Centro de Ensino Fundamental 5 de Brasília, e do Centro de Ensino Fundamental da 405 Sul, que participam do programa *Conhecendo o Parlamento*, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

– Justifica a ausência do Deputado Wellington Luiz, em razão de questão de saúde.

– Anuncia a presença do Secretário de Cultura, Ex-Deputado Cláudio Abrantes.

5 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Ricardo Vale)

– Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.

– Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença e o relatório de presença por recomposição de quórum, encaminhados pelo Setor de Apoio ao Plenário e pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente ata.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO

Primeiro-Secretário



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. 00160, Primeiro(a)-Secretário(a)**, em 04/09/2024, às 14:49, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1807462** Código CRC: **7D167670**.

Relatório de Presenças por Reunião
Reunião : 70ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura Dia : 03/09/2024

Nº	Nome Parlamentar	Partido	Hora	Modo
01	CHICO VIGILANTE	PT	15:00:34	Biometria
02	DAYSE AMARILIO	PSB	16:05:01	Biometria
03	DOUTORA JANE	MDB	15:19:29	Biometria
04	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO	16:02:42	Biometria
05	FÁBIO FELIX	PSOL	15:19:04	Biometria
06	GABRIEL MAGNO	PT	15:13:24	Biometria
07	HERMETO	MDB	15:12:45	Biometria
08	JAQUELINE SILVA	MDB	15:04:54	Biometria
09	JORGE VIANNA	PSD	15:26:21	Biometria
10	MARTINS MACHADO	REPUBLI	15:22:26	Biometria
11	MAX MACIEL	PSOL	15:31:00	Biometria
12	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP	15:01:44	Biometria
13	PAULA BELMONTE	CIDADAN	16:01:44	Biometria
14	PEPA	PP	15:17:10	Biometria
15	RICARDO VALE	PT	15:18:38	Biometria
16	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD	15:06:52	Biometria
17	ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD	15:45:11	Biometria
18	ROOSEVELT	PL	15:49:34	Biometria
19	THIAGO MANZONI	PL	15:12:34	Biometria

Ausências :

Nome Parlamentar	Partido
DANIEL DONIZET	PL
JOAQUIM RORIZ NETO	PL

Justificados :

Nome Parlamentar	Partido	Texto
IOLANDO	MDB	Licenciado conforme o AMD nº 97 de 2024.
JOÃO CARDOSO	AVANTE	Licenciado conforme AMD nº 114/2024.
WELLINGTON LUIZ	MDB	Licenciado conforme o AMD nº 123, de 2024.

Totalização

Presentes : 19 Ausentes : 2 Justificativas : 3

Presidente

Relatório de Presença por Recomposição : 70ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legis

Data: **03/09/2024**

Quando da Recomposição de Quorum às 16:55:57

Estavam Presentes

1	CHICO VIGILANTE	PT
2	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
3	JAQUELINE SILVA	MDB
4	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD
5	THIAGO MANZONI	PL
6	HERMETO	MDB
7	GABRIEL MAGNO	PT
8	PEPA	PP
9	RICARDO VALE	PT
10	FÁBIO FELIX	PSOL
11	DOCTORA JANE	MDB
12	MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
13	JORGE VIANNA	PSD
14	MAX MACIEL	PSOL
15	ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD
16	ROOSEVELT	PL
17	PAULA BELMONTE	CIDADANIA
18	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
19	DAYSE AMARILIO	PSB

Estavam Ausentes

1	DANIEL DONIZET	MDB
2	IOLANDO	MDB
3	JOÃO CARDOSO	AVANTE
4	JOAQUIM RORIZ NETO	PL
5	WELLINGTON LUIZ	MDB

Término da Reunião às 17:12:47

Estavam Presentes

1 FÁBIO FELIX	PSOL
2 EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
3 JAQUELINE SILVA	MDB
4 THIAGO MANZONI	PL
5 GABRIEL MAGNO	PT
6 RICARDO VALE	PT
7 JORGE VIANNA	PSD
8 ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD
9 MAX MACIEL	PSOL
10 PAULA BELMONTE	CIDADANIA
11 DAYSE AMARILIO	PSB
12 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
13 ROOSEVELT	PL
14 PEPA	PP
15 PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP

Estavam Ausentes

1 CHICO VIGILANTE	PT
2 DANIEL DONIZET	MDB
3 DOUTORA JANE	MDB
4 HERMETO	MDB
5 IOLANDO	MDB
6 JOÃO CARDOSO	AVANTE
7 JOAQUIM RORIZ NETO	PL
8 ROBÉRIO NEGREIROS	PSD
9 WELLINGTON LUIZ	MDB

Presidente

Ata Circunstanciada da 70ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 70ª
(SEPTUAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 3 DE SETEMBRO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H13MIN

TÉRMINO ÀS 17H12MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está aberta a presente sessão ordinária de terça-feira, 3 de setembro de 2024, às 15 horas e 13 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro para secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, presidente. Boa tarde. Boa tarde, deputado Chico Vigilante, deputada Jaqueline Silva e deputado Gabriel Magno.

Deputado Chico Vigilante, é muito bom vê-lo aqui com saúde. Nós oramos para que Deus recuperasse sua saúde. Sei que vossa excelência é um homem católico, que também tem fé. Vossa excelência faz muita falta aqui nesta casa.

Cumprimento as pessoas na galeria.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não citarei carreira por carreira, até porque vocês têm apoio dos 24 deputados aqui, não é, presidente?

Sejam bem-vindos à casa de vocês.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 68ª Sessão Ordinária;
- Ata Sucinta da 69ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu gostaria de elogiar os policiais legislativos desta casa que participaram da Olimpíada de Integração das Forças de Segurança: Christian, medalha de ouro no atletismo; Dirceu Falcão, medalha de ouro nos 800 metros; e Rafael Maurício, medalha de ouro no judô e medalha de bronze no jiu-jítsu. Totalizaram 4 medalhas. Meus parabéns aos policiais legislativos, quero deixar registrado nos anais desta casa que eles são heróis da nossa Polícia Legislativa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

Vossa excelência, que passou uma semana afastado desta casa, deve estar doido para falar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu quero chamar a atenção do Governo do Distrito Federal para essa situação da dengue em Brasília. Estamos em um período extremamente seco, você não vê uma gota d'água em canto nenhum, a não ser no lago Paranoá. Entretanto, ainda há mosquito da dengue por aí. Imaginem quando chover, quando todos os cantos estiverem alagados, especialmente os locais onde não há drenagem!

E por que eu digo que há mosquitos circulando por aí? Porque eles me acharam, ou eu os achei, andando pelas bandas do Sol Nascente, no Trecho 3. Eu tive dengue em fevereiro e agora peguei de novo. Até achei que não fosse dengue, apesar dos sintomas. Fiz o primeiro exame e constatou-se que era; 3 dias depois, fiz o segundo exame e era dengue mesmo. Portanto, é uma situação que requer a tomada de providências; senão, no próximo ano, a situação do Distrito Federal poderá ser terrível.

Além disso, senhor presidente, eu quero falar do crescimento econômico do Brasil. Verificamos que o PIB do Brasil ficou em segundo lugar entre 53 países; atualmente, é um dos países em que a economia mais cresce. Nós estamos recuperando o poder de compra da classe trabalhadora. Quase todos os servidores federais já fecharam acordo coletivo com o governo federal, coisa que o governo do Distrito Federal deveria fazer, abrir o processo de negociação com o pessoal da saúde e de outras categorias. Portanto, o Brasil cresce e gera emprego – nós estamos com uma das menores taxas de desemprego na história do Brasil, estamos chegando ao pleno emprego, o que é muito importante para todos nós.

O país está tendo todo esse crescimento, todo esse avanço e, de repente, aparece um moleque, um vagabundo que acha que é o dono do mundo, esse tal de Elon Musk – que eu chamo de Elo Musco –, para tentar desafiar a suprema corte brasileira, tentar atacar o Poder Executivo brasileiro.

Eu pergunto às pessoas que apoiam esse canalha: ele é muito macho aqui no Brasil, parece um leão atacando lá de fora; por que ele não vem aqui para o Xandão enquadrá-lo e prendê-lo imediatamente? Na China, ele é uma tchutchuquinha. A maior empresa dele é na China. Lá, ele posa ao lado de ministros, acha que o presidente da China é o homem mais democrático do mundo... Depois fica querendo desacatar as autoridades brasileiras.

Ele havia feito um contrato com o governo anterior para colocar internet nas escolas da Amazônia, mas, na verdade, ele aproveitou para colocar o satélite de propriedade dele para espionar e verificar onde estão os minerais na Amazônia. Foi isso que ele fez! Há muita gente desinformada que não sabe ou não quer saber o que esse canalha anda fazendo. Duvido que ele desafie a suprema corte americana! Duvido que ele desafie o congresso americano – até porque ele nem sequer é americano! Essa praga nasceu na África do Sul.

Ele encontrou aqui uma nação soberana e um homem que não tem medo de cara feia: o ministro Alexandre de Moraes. Portanto, está de parabéns o ministro Alexandre de Moraes. Se esse canalha não se submeter às leis brasileiras, que ele seja banido daqui para sempre! O tal do X foi suspenso! Que falta ele está nos fazendo? Nenhuma! Que ele fique suspenso para sempre na história deste país!

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Pessoal, vou dar um informe que considero muito importante para a população do Distrito Federal, principalmente para os usuários do Eixão do Lazer – ambulantes, pessoal da cultura e da arte do Distrito Federal – que passaram por aquele constrangimento no último domingo, quando houve uma ação muito forte do DF Legal, do DER e de outros órgãos de fiscalização do governo com relação àquela atividade, que já é tradicional na nossa cidade. Trata-se de um ambiente de família, de um ambiente de muita cultura e de muita música. Infelizmente, ninguém entendeu o que ocorreu.

Desde então, vários deputados vêm trabalhando no sentido de reverter essa situação. Para a nossa alegria, acabo de receber o Decreto nº 46.226/2024, que saiu agora, por meio do qual o governador do Distrito Federal revoga aquele artigo da lei que proibiu os ambulantes de trabalhar no Eixão. O decreto concede 30 dias para o DER elaborar um plano de uso e ocupação do Eixão.

Portanto, o Governo do Distrito Federal demonstrou bom senso com a discussão de um plano de ação nos próximos 30 dias, para que os ambulantes dali possam trabalhar e para que a música possa existir de forma tranquila, sem tirar o sossego de ninguém.

Então, ficamos felizes, deputado Fábio Félix, porque, desde a semana passada – inclusive no domingo –, vários deputados se manifestaram nas redes sociais com reclamações – com toda a razão – por conta daquela ação que, na nossa avaliação, foi completamente equivocada.

Assim, o governo corrige um erro, de forma provisória, e dá 30 dias ao DER para apresentar um plano de ocupação.

Eu quero agradecer ao secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, que nos recebeu hoje pela manhã; ao secretário de governo, José Flávio; e ao diretor do DER, Fauzi. Com o diálogo, conseguimos essa mudança, a derrubada desse artigo do decreto. Portanto, a cultura do Distrito Federal ganha.

O Eixão do Lazer é nosso, é do povo do Distrito Federal. Eu espero que, nos próximos 30 dias, o poder público, o Poder Executivo, escute esta casa, o pessoal que trabalha com produção e os ambulantes para que possamos construir, em 30 dias, uma solução definitiva para o Eixão, a fim de que todos possamos conviver em paz, curtindo a música, a cultura e várias manifestações culturais que acontecem naquele local.

Depois vou enviar o decreto no grupo dos deputados.

Saúdo os trabalhadores das várias áreas do Distrito Federal: os nomeados da Câmara Legislativa, o pessoal da justiça, o pessoal do movimento em defesa do rio Melchior, o pessoal da Polícia Civil do Distrito Federal, o pessoal da enfermagem e o pessoal da Adasa. Sejam bem-vindos à casa do povo.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Mais uma vez, cumprimento toda a galeria. Obrigado aos deputados que me concederam a vez de falar. Daqui a pouco eu vou ter que sair, pois terei um atendimento no meu gabinete.

Senhoras e senhores deputados, amigos, servidores, profissionais de imprensa e demais cidadãos que nos acompanham neste momento, uma ótima tarde a todos vocês.

Bem-vindo, deputado Chico Vigilante! Eu vejo que o deputado Chico Vigilante já voltou e voltou bem, porque já voltou com os pés no pescoço do Elon Musk. Como é engraçada a política. Ela é um vento que pende para o momento, porque, se fosse o Elon Musk apoiando o autoritarismo e atos inconstitucionais do ministro, ele seria um rei, um herói para a esquerda.

Agora, vamos lá. O que a esquerda diz ser o empresário Elon Musk? Canalha, praga. É assim que a esquerda trata o empresário. Olha a fala do deputado: “O X, antigo Twitter, suspenso pelo ministro, deveria acabar”. Isso é censura. Isso é frase de comunista contra empresário, que é gerador de emprego e de renda.

Conforme matéria do portal da *CNN*, de 29 de maio de 2023, o presidente Lula recebeu, em solo brasileiro, o ditador Maduro e definiu aquela ocasião como momento histórico. Olhem como é a esquerda. Histórico para a esquerda é receber, no Palácio do Planalto – que é dos brasileiros –, comunista, narcotraficante, assassino.

Lula ainda declarou que considerava um absurdo o mundo não reconhecer o Maduro como presidente eleito na Venezuela e afirmou que aquele país era vítima de uma narrativa de antidemocracia e autoritarismo. Essa foi a fala do presidente apoiando um narcotraficante, um bandido, um assassino.

Ao final da sua fala, o presidente deu um conselho ao ditador Nicolás Maduro – abro aspas para a fala do presidente Lula –: “Se eu quiser vencer uma batalha, eu preciso construir uma narrativa para destruir o potencial inimigo”. É o que eles fazem no Brasil todo, no mundo afora. Quem tiver alguma dúvida sobre esse fato, leia a matéria, pois ela continua disponível na internet.

Pois bem, ao que tudo indica, o ditador venezuelano colocou em prática o conselho do amigo Lula e, na data de ontem, dia 2 de setembro, conforme a matéria do *Portal 360*, afirmou, sem constrangimento, que só passaria o mandato para outro chavista, comunista, quando precisasse. Ou seja, fraudou as eleições, continua oprimindo o povo venezuelano e o próximo passo, com certeza, será prender seus opositores em nome da – entre aspas – democracia.

Nenhuma ditadura, senhoras e senhores deputados, é implantada em um único momento. Conforme o conselho do presidente Lula ao ditador venezuelano, primeiro é preciso construir uma narrativa para depois destruir potenciais inimigos. Veja a mera semelhança no Brasil. E, normalmente, esse tipo de narrativa é construída a partir de frases de efeito como, por exemplo, uma suposta – abre aspas – defesa da democracia, forças democráticas, ataques à democracia, golpe de Estado à base de estilingue e bola de gude – fecha aspas – e coisas do gênero.

Quem defende a verdadeira democracia, senhores e senhores parlamentares, não se esconde nesse tipo de frase, não apoia ditadores, não corta recursos do programa Farmácia Popular, não corta mais de 7 bilhões de reais da educação e, no mesmo mandato, destina 16 bilhões para artistas famosos falarem bem do governo. Onde estão esses artistas falando da queimada no Amazonas, da queimada em São Paulo? Eles sumiram. Estão viajando para o exterior com o dinheiro da Lei Rouanet. Eles só sabem falar bem do Lula. No entanto, se fosse o Bolsonaro, coitado, estava liquidado.

A verdade é que o nosso país atravessa um momento extremamente preocupante. A harmonia e independência entre os Poderes parece ter sido esquecida. O Executivo apoia declaradamente ditadores e, hoje, conforme matéria do portal *O Antagonista*, o presidente Lula fará as Forças Armadas prestarem continência ao MST, no próximo dia 7, em uma homenagem a esse movimento que invade propriedades, que não respeita a lei, que destrói pesquisa científica, que invadiu o Congresso em 2006, que tentou invadir o Supremo em 2014. Tudo – entre aspas – democraticamente, conforme a esquerda gosta de dizer; afinal, uma boa narrativa torna tudo mais justificável.

Por outro lado, a imprensa divulgou recentemente que existem inquéritos judiciais baseados em criatividade de quem investiga, ou seja, não precisa mais de um fato determinado, de indício de autoria, de materialidade, de devido processo legal, do princípio da reserva legal ou do duplo grau de jurisdição. Isso agora é apenas um detalhe. Basta saber a qual espectro político pertence o potencial suspeito, e a criatividade faz o resto – entre aspas – democraticamente.

Senhoras e senhores parlamentares, sociedade civil que nos acompanha neste momento, é preciso propor uma reflexão e fazer um alerta, porque a gravidade do momento pelo qual passamos é preocupante. Os verdadeiros princípios da democracia são, em essência, o respeito à soberania popular, a proteção aos direitos individuais, ao irrestrito exercício da liberdade de expressão e à sujeição...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, já estou acabando.

... inclusive de seus respectivos agentes aos princípios constitucionalmente estabelecidos.

Ninguém está acima da lei.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Pessoal, por favor. Nós estamos esperando os deputados chegarem para votarmos o projeto – está bem? Por enquanto, por favor, vamos respeitar a fala dos deputados.

Muito obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, eu já estou me encaminhando para o encerramento da minha fala. Peço a vossa excelência mais 2 minutos.

Quero dizer o seguinte: ninguém está acima da lei, e há um único Deus sobre a terra e os céus, senhor dos senhores, cuja justiça e base fazem parte do trono dele. A verdadeira democracia, portanto, pressupõe justiça, igualdade, liberdade e não se curva a uma única vontade, mesmo sendo ela exarada por um ministro da mais alta corte, pois a este cabe o dever de guardar a Constituição.

Ontem, eu fiz um vídeo na frente do Supremo Tribunal Federal. E, diga-se de passagem, o ministro do Supremo Tribunal Federal não tem voto, não é eleito. Quem dá voto a ele é quem é eleito pela população. Quando ele vai a uma sabatina no Senado Federal, ele jura guardar a Constituição, respeitar a Constituição, fazer cumprir a Constituição; pois, hoje, o que ele está fazendo? Rasgando a Constituição, falando do maior princípio que nós temos: a liberdade de expressão, que é algo sagrado. Não quer ser criticado, não seja ministro, não seja deputado, não seja senador, não seja presidente da República. A liberdade de expressão é a maior garantia democrática que nós temos.

Hoje, estarrecidos, vemos a esquerda aplaudir quem quer calar aqueles que querem falar. Mas sabe o que é? Peguem as decisões e vocês verão que todos que têm um espectro de direita são homofóbicos, são terroristas, são fascistas, todos “istas” que imaginarem. E quem é condenado? Uma

senhorinha chamada Adalgisa, que disse recentemente ao seu advogado que vai se suicidar. Ela só está esperando chegar uma toalha ou uma corda à cela dela. O que ela estava fazendo? Estava na manifestação. A esquerda vai dizer que ela é golpista, vai dizer que é terrorista. A senhora de 64 anos de idade que mal anda é uma terrorista e pegou, senhores – pasmem! –, 16 anos de cadeia. E o que esse mesmo Supremo está fazendo? Liberando bandido, assaltantes que assaltaram a nação, desviaram bilhões, trilhões de reais dos cofres públicos. Hoje, esse povo comanda o Brasil.

Lamentável. Que Deus tenha a misericórdia do Brasil!

Obrigado, senhoras e senhores.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Fábio Félix.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Assumo a presidência.

Primeiro, quero saudar quem está na galeria, mas nós não temos ainda o quórum regimental para fazer votação. Uma coisa é o quórum do painel, outra é a quantidade de parlamentares. Nós temos, neste momento, 5 parlamentares no plenário. Não temos o quórum para votação.

Estamos no Pequeno Expediente, em que os parlamentares falam.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu fui citado pelo cidadão que acaba de ocupar a tribuna e queria que ele estivesse aqui para lhe perguntar se ele tinha esse mesmo pensamento quando fazia parte do governo de esquerda do Agnelo Queiroz. Será que ele tinha o mesmo pensamento? Quando o chefe dele, da Assembleia de Deus, foi candidato a suplente de senador na chapa do Magela, será que eles pensavam do mesmo jeito?

Defender aqui o 8 de janeiro... dizer aqui que eram velhinhas que estavam rezando... Vão para o inferno com essa ideia!

Eu e vossa excelência, deputado Fábio Félix, participamos da Comissão Parlamentar de Inquérito do 8 de janeiro. Nós fomos fundo nas investigações. Nós vimos, efetivamente, que deram um golpe neste país. Não tiveram a capacidade de sustentá-lo porque a opinião pública não apoiou.

Falam aqui de ditadura, entretanto, essa extrema-direita brasileira, cínica, apoia a ditadura do Arábia Saudita. São apoiadores da ditadura da Arábia Saudita. Ficavam muito felizes com as joias que eram dadas ao Capitão Capioto, na época do governo Capioto.

Portanto, eu tenho orgulho de ser esquerda e tenho nojo da direita brasileira, que sempre foi contra a classe trabalhadora, que sempre retirou direitos da sociedade, que levou este país à quadra mais sinistra, que foi a da tortura, que foi a do desaparecimento político, que foi a do retrocesso que eles fizeram na época.

Portanto, direita no Brasil nunca mais. E temos que colocar todos os responsáveis na cadeia, que é o que eles merecem.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel, pela liderança do bloco PSOL-PSB.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, deputado Fábio Félix. Saúdo todos os parlamentares que nos acompanham no plenário, toda a galeria e quem nos acompanha na TV Câmara Distrital.

Eu não vou falar de Elon Musk nem de Twitter, porque isso não está resolvendo o problema da saúde do Distrito Federal; não está resolvendo o problema dos policiais, que estão defasados; não está resolvendo o problema de uma série de coisas. Eu acho que está na hora de nós nos concentrarmos em uma série de problemáticas no Distrito Federal. A primeira delas aconteceu no último domingo, no chamado Eixão do Lazer. Tiraram o lazer e deixaram só o Eixão.

Sempre houve bebida no Eixão, sempre houve barraca no Eixão, sempre houve som no Eixão. Sabem o que mudou? Aumentou o número de trabalhadores da periferia indo ao Eixão para vender. Foi isso que mudou.

Quando o povo ocupa o chamado centro, é gerado um monte de problemas. Ninguém quer mais debater a acessibilidade para o povo poder acessá-la. Poderíamos falar aqui sobre como vamos fazer Eixão de Lazer no Gama, no Guará, na Ceilândia, na Estrutural, no Recanto e Planaltina. Como fazemos prática de lazer para esses lugares que não têm opção de lazer? Quem não quer, no final de semana, levar sua filha ou seu filho para a um parque e ficar debaixo de uma árvore tranquilamente? Faltam equipamentos de lazer e, no pouco que se tem, que é um orgulho, que é o Eixão, o governo erra na tática.

Ninguém quer estar lá de forma ilegal. O que aconteceu foi um erro de tática. É só pedir para se credenciar, que todos irão se credenciar. Se quiserem definir valor por taxa, todos vão pagar desde que haja o direito de ocupar e vender.

O Estado erra sempre quando permite que o trabalhador saia de casa, pegue seu insumo, rode a estrada, monte a barraca, coloque gelo na bebida, o carvão na carne e, depois de tudo pronto, vai lá e manda tirar. Quem paga o ônus desse trabalhador que, às vezes, tem no domingo a sua fonte de renda para engrossar o caldo da família?

Então, às vezes, o Distrito Federal, deputado Fábio Félix, tem que deixar de ser uma cidade careta, pensada por um governo careta, que vai pensar em uma cidade adoecida, que não pode fazer mais nada. Tudo que se tem de lazer, nesta cidade, se você não tiver dinheiro, você não acessa. O que nós construímos aqui, que custou 1 um bilhão de reais, agora cobra 30 reais para se estacionar o carro, que é o Estádio Nacional. Se você quiser frequentar qualquer lugar de Brasília e não tiver dinheiro, você não consegue acessar.

Deputado Fábio Félix, vossa excelência apresentou um projeto de decreto legislativo e o governo baixou um novo decreto que, para nós, não foi concluído. Aquilo, para nós, não vence, não resolve nada. Precisamos chamar o governo, cada vez mais, para o diálogo.

Amanhã vai haver uma audiência pública, chamada pelo deputado Fábio Félix e assinada pelo conjunto de parlamentares, para que possamos debater o direito de as pessoas acessarem e frequentarem livremente as cidades.

Uma cidade que, com muita verdade – eu tive acesso a um relatório... Agora em setembro, no dia 18, teremos uma audiência pública para falar sobre a crise climática. O relatório que temos, da Universidade de Brasília, aponta – não é racionamento de água – falta de água. Vai faltar água no Distrito Federal. Estou vendo o movimento do rio Melchior, e nós estamos lutando pela CPI há muito tempo aqui. Está na hora de essa CPI andar.

Eu queria que meus pares estivessem aqui para discutir a crise do Iges. Nesses dias, votaram à expansão e os caras meteram a mão no Iges. Estão aqui os técnicos em enfermagem pedindo suporte e nomeação. A defasagem do quadro policial no Distrito Federal, só da PM, é de 9 mil nomes. A Polícia Civil está aqui e sabe das condições de trabalho todos os dias. É a polícia técnica que mais tem capacidade de investigação no Distrito Federal, deputado Fábio Félix.

Eu estive hoje com o diretor da Polícia Civil e batemos um papo sobre algumas questões que estão acontecendo no Distrito Federal. Fui muito bem recebido pelo diretor, e precisamos avançar nisso. Essa conta não vai fechar. Qual cidade que nós estamos projetando para o futuro? Qual é a cidade que queremos, de fato, no futuro, para as pessoas; para aquelas, inclusive, que ainda não nasceram?

É uma cidade esgarçada, que não garante o acesso à cultura e ao lazer – isso é criminalizado desde os contos infantis –; que sucateia a educação permanentemente, com ausência de professores; e em que os médicos param.

Os médicos pararam e espero que voltem logo. Mas é importante dizer o que a população já sabe – recado que quero deixar para o Sindmédico –: há muitos médicos compromissados, mas todo mundo sabe que são os enfermeiros e os técnicos de enfermagem que fazem o plantão funcionar todo dia. Digo isso não porque eles estão aqui na galeria. O sindicato se sentou conosco lá atrás, deputado Jorge Vianna, e debatemos essa valorização. Sabemos que tudo é complementar.

Esses dias, na Câmara Legislativa, lutávamos para poder expandir as oportunidades legais que existem para que o enfermeiro possa colocar o DIU e para que o enfermeiro neonatal possa fazer a reanimação no parto. A classe médica não quer deixar isso, mas também não quer atuar na rede. Não se trata só dinheiro, mas de condição de trabalho.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para encerrar, presidente, estamos aqui para lutar por todas as

condições de trabalho e, sobretudo, por uma sociedade com qualidade de vida, em que as pessoas não precisem chegar ao hospital. Estas são as nossas metas: que a pessoa não precise chegar ao hospital; que ela tenha acesso à atenção primária com qualidade, à educação com qualidade; e que ela tenha o direito de, um dia, sair do seu lugar e ir para o Eixão, que é dela.

Deputado Fábio Félix, neste período de seca, para quem andou no Eixão nesse calor, imagine se não houvesse um lugar para tomar um caldo de cana, uma água de coco! Vocês querem fazer o quê? Andar no Eixão num calor, da Asa Sul à Asa Norte, da Asa Norte à Asa Sul, com uma garrafinha de água levada de casa?

Não adianta colocar a culpa nos moradores, porque quem mais frequenta o Eixão são os moradores do Plano Piloto. Essa conta não fecha. São os próprios moradores que usam o Eixão, e os próprios moradores que estão reclamando? Não é. Isso é porque há um governo que não permite o povo em Brasília.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna pela liderança do Bloco União Democrático.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares. Boa tarde a todos que estão assistindo a nós e, em especial, à minha categoria, de auxiliar e técnico em enfermagem. Boa tarde aos nossos colegas da Adasa, a todos os servidores e futuros servidores da Polícia Civil presentes.

Senhoras e senhores, hoje é para ser um dia de festa. Já faz praticamente 2 meses e 3 dias que aguardamos ansiosamente uma alteração da Lei Orçamentária. Ela foi protocolada aqui, semana passada; foi lida; e a colocamos na Ordem do Dia de hoje para votação. Todavia, não estamos vendo os nossos colegas parlamentares.

É lógico que há parlamentares em atividade externa, há parlamentares em viagens oficiais, mas 15 parlamentares registraram presença. Então, quero pedir-lhes encarecidamente – inclusive, aos deputados da base do governo, porque o projeto é do governo – que venham ao plenário para que façamos a votação rapidamente.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Quero agradecer aos deputados que estão no plenário. Essa não é uma vitória do deputado Jorge Vianna, mas do DF e dos parlamentares, que ajudam a todo momento.

Por várias vezes, vim a esta tribuna para dar quórum à aprovação de reajuste de servidores – várias vezes. Já cheguei a vir aqui não muito bem só para votar e para haver quórum.

Então, peço aos parlamentares que venham ao plenário novamente para que haja quórum e façamos a votação rapidamente da LDO, pelo menos para liberar isso.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Porque, quanto mais isso atrasa, mais apertado fica o tempo, pois há outro projeto de reajuste. Na verdade, esse é o da alteração da LDO. O projeto em si da reestruturação da carreira, com tabela salarial, só pode vir depois que esse for aprovado.

Depois que o outro for aprovado, ainda há as mensagens, a publicação no *Diário Oficial*, para, depois, o valor entrar no contracheque. Podem até dizer que há um prazo razoável, que até o dia 30 de setembro dá para resolver tudo isso, mas a questão não é só o prazo. A questão é a promessa, a palavra, o comprometimento. Estamos aqui, pessoal, com compromisso com a sociedade; o nosso comprometimento é em ajudar.

Os colegas, há 1 mês praticamente – esse mês agora de agosto –, estão na expectativa, aflitos, porque não é a primeira vez que temos promessas de reajustes na Câmara Legislativa.

A sorte é que, desta vez, o projeto chegou e já está tudo encaminhado. Mas por muitos outros governos promessas foram feitas e não foram cumpridas. Então, fica a seguinte expectativa: será que vai acontecer isso comigo, logo comigo, sempre comigo?

Parece que auxiliar e técnico em enfermagem têm que lutar todo dia, matar 1 leão todo dia para terem uma vitória, para terem um sorriso. Não é possível que até neste momento, que – eu diria – deveria ser de alegria, nós vamos ficar apreensivos quanto à realização dessa votação.

Senhores colegas parlamentares, vamos descer ao plenário, votar a matéria, mostrar o compromisso que temos para com essa categoria, que um dia já nos salvou, vai nos salvar ou vai salvar alguém da nossa família. Não votem porque é a minha categoria, mas o façam por eles.

Nós temos o compromisso, e o sindicato está, diuturnamente, fazendo a política. O Newton, a Josy, a Elza, a Isa, o João, o Moisés vão se encarregar de fazer a publicidade positiva de todos os parlamentares que votarem a matéria e fizerem esse gesto conosco no dia de hoje.

Peço que desçam ao plenário e votem a matéria. Vejam que coisa mais antagônica: a oposição está aqui ajudando no projeto que é do Executivo, e o deputado está pedindo para os colegas da base virem votar a matéria e fazer esse gesto com essas categorias.

É isso, presidente, por enquanto. Obrigado.

(Manifestação na galeria.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra, pela liderança do PL, ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Primeiro, quero me dirigir à galeria e dizer que vocês podem contar com o nosso apoio. O deputado Jorge Vianna postou no grupo de WhatsApp dos deputados a convocação, e eu desci imediatamente. Nós estamos aqui para apoiá-los! (Palmas.)

Hoje eu queria falar sobre um projeto de lei que chegou a esta casa, de autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 1.258/2024, que versa sobre a alteração da lei de regularização das terras rurais no Distrito Federal. Essa lei foi uma grande conquista que tivemos na legislatura passada, com o apoio do nosso governador Ibaneis Rocha. Nós construímos os mecanismos necessários para que possamos dar garantia e tranquilidade ao nosso produtor rural.

Muitos moradores do Distrito Federal – aqueles que escolheram o Distrito Federal para viver, para criar os seus filhos – não sabem que nós somos uma das poucas capitais de país, no mundo, que têm área rural. Hoje, 70% do Distrito Federal é composto por área rural. Nossa produção rural baseia-se majoritariamente na agricultura familiar, em hortifrutigranjeiros. Trata-se de uma produção de qualidade, que faz a diferença e é respeitada em todo o Brasil.

Aliás, está acontecendo um grande evento no Distrito Federal, na Granja do Torto: a Expoabra, um evento tecnológico que traz inovação no campo do agronegócio.

Como eu disse inicialmente, o governo mandou para esta casa o Projeto de Lei 1.258/2024, que altera a lei que permite a regularização fundiária nas áreas rurais do Distrito Federal. Esse projeto de lei que facilita a regularização foi aprovado no ano passado e, desde então, nós avançamos muito pouco – ou quase nada – no que diz respeito a dar dignidade ao nosso produtor rural, entregando-lhe a titulação, a escritura.

Por que é importante que o nosso produtor rural tenha a sua escritura? Porque assim ele vai ao banco, busca crédito barato e pode produzir cada vez mais barato e com mais qualidade para a nossa população.

Porém, para o nosso espanto, como eu disse, chegou a esta casa o Projeto de Lei 1.258/2024, que muda as regras de regularização das terras rurais do Distrito Federal, principalmente no que diz respeito aos valores. A lei inicialmente aprovada traz como parâmetro de valoração das terras a tabela do Incra. A tabela do Incra é regionalizada, existe uma tabela de regularização rural do Incra na região do Distrito Federal, de Goiás, do Mato Grosso e assim sucessivamente.

Para a nossa estranheza, o governo manda para esta casa um projeto de lei que muda essa dinâmica ao adotar uma tabela mais cara que a do Incra, o que inviabiliza a regularização das terras rurais no Distrito Federal.

Nós não podemos deixar de considerar que os ocupantes atuais das terras rurais do Distrito Federal não são invasores. Muito pelo contrário, eles vieram para o Distrito Federal a convite do presidente Juscelino Kubitschek, a exemplo da comunidade japonesa localizada no Núcleo Rural Vargem Bonita, que respeita o meio ambiente. Suas 72 chácaras até hoje estão conservadas, não foram parceladas, diferentemente de outras áreas. Esses produtores rurais que não parcelaram sua área estão sendo punidos agora: estão sendo punidos com a possibilidade de uma regularização a valores totalmente impraticáveis.

O que me causa estranheza é que quem pilotou esse Projeto de Lei nº 1.258/2024, que chegou à Câmara Legislativa, foi o presidente do Instituto de Terras Rurais do Distrito Federal, o ex-secretário de agricultura Candido, que foi secretário em Mato Grosso do Sul. Ele chegou a Brasília para ser secretário de agricultura com o discurso de que, lá no Mato Grosso do Sul, ele regularizou as terras ao custo de 1 real para o produtor rural. Aqui em Brasília, ele quer regularizar as terras por um valor totalmente impraticável.

Então, faço um clamor ao governador Ibaneis, porque tenho certeza de que ele não está sabendo os detalhes desse projeto: que ele retire o projeto da Câmara Legislativa, a fim de que possamos voltar a discutir a matéria.

Recebi, agora à tarde, no gabinete, lideranças do setor produtivo rural do Distrito Federal. Não aceitaremos as alterações propostas no Projeto de Lei nº 1.258/2024.

Vou deixar aqui este clamor a todos os parlamentares, para que possamos nos mobilizar, a fim de não prejudicarmos os nossos produtores rurais.

A outra questão sobre a qual quero falar com todos vocês é o 7 de Setembro. Quero dizer para todos os colegas que estarei em São Paulo, ombreado com centenas de milhares de pessoas do povo brasileiro, pessoas que respeitam a família, que lutam pelo trabalho, que querem um Brasil cada vez melhor.

Esse é o objetivo, esse é o nosso intuito. Eu não posso deixar de estar ombreado com aqueles que querem o melhor para o nosso país, com aqueles que valorizam, como eu disse, a moralidade e a família e são contra aquele discurso populista.

Saiu agora, por exemplo, o índice de mortalidade infantil da população indígena. Eu me lembro muito bem de que, o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro foi acusado a todo momento de ser genocida, de ser assassino de índios e de não respeitar a população indígena do nosso país. Mas, agora, para a nossa surpresa – surpresa, não, porque já sabíamos que a esquerda é mestre em pregar aquilo que não pratica, é isso o que se vê –, houve um aumento de 24% no índice de mortalidade da população infantil indígena.

O mesmo fato se repete com o tratamento do meio ambiente. No domingo retrasado, acordamos assustados em Brasília, porque houve queimadas lá em Mato Grosso e em diversos estados, e a poluição, a fumaça, chegou à nossa porta. Isso demonstra, mais uma vez, o desrespeito a pautas que a esquerda julgava importantes. Vemos claramente que é só discurso. Na prática, o desrespeito é total.

Então, quero dizer para todos vocês que estaremos ombreados com a população de bem no dia 7 de Setembro, em São Paulo.

Obrigado.

Boa tarde a todos.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Ainda nos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente; boa tarde a todos e a todas; boa tarde aos servidores da saúde que ocupam, hoje, mais uma vez, a galeria desta casa; os servidores da Polícia Civil; aos defensores de uma solução imediata para o rio Melchior.

Presidente, hoje é um dia que foi anunciado, e o Governo do Distrito Federal não se movimentou. Atualmente há 2 categorias da saúde paralisadas. Quero saudar os enfermeiros e as enfermeiras que, num ato de muita mobilização, de compromisso, de responsabilidade com a saúde pública, estão anunciando a greve já há muito tempo, à espera de uma mesa com o governo para tratar da legítima pauta da categoria.

O governo não cumpriu o seu dever, não se sentou para negociar; e, hoje, paralisam-se as atividades. Obviamente, estamos vivendo um caos na saúde pública do Distrito Federal. E esse caos, presidente, tem um responsável: o governo Ibaneis-Celina Leão, porque foi esse governo que fez a opção pela terceirização, pela privatização do SUS, pelo arrocho com os servidores; que fez a opção de não nomear mais servidores públicos, o que sobrecarrega na ponta quem está todo dia se esforçando e se dedicando.

Temos feito, presidente, vistorias nos hospitais. Ontem, estivemos no Hospital de Sobradinho. A realidade do hospital é a seguinte: há 13 leitos. Ontem, de acordo com os servidores, era um dia tranquilo, porque só havia 45 internados com 13 leitos disponíveis! Essa é a situação de quem está na ponta e tem que sobreviver todo dia, deputado Eduardo Pedrosa. Num dia tranquilo, num dia bom, o hospital operava 3 vezes acima da capacidade da internação. Nos dias ruins, há mais de 100 pacientes.

A solução que o governo tem dado para esse caos que foi criado é completamente insuficiente. Na terça-feira da semana passada, aprovaram a ampliação do Iges. Na quarta-feira, explodiu a operação da Polícia Civil: 300 milhões de reais de propina na alimentação hospitalar. Isto que é o Iges: corrupção.

Quando falamos que o Iges é corrupção, é negação da saúde, não estamos falando dos trabalhadores que estão na ponta, não. Falamos da direção, de quem opera o esquema. Os trabalhadores estão se dedicando também, mas com condições de trabalho muitas vezes piores, muitas vezes mais vulneráveis.

Eu quero trazer, presidente, o debate da saúde pública. O Governo do Distrito Federal precisa achar uma solução urgente. E a solução passa por quem está aqui hoje: pelos servidores e pelas servidoras da saúde que precisam ser valorizados. Precisa haver mais nomeações, porque há um grande déficit de pessoal em toda a rede.

Presidente, eu não poderia deixar de falar do lamentável acontecimento ocorrido neste domingo: a ação truculenta do governo Ibaneis no Eixão do Lazer contra a cultura da cidade, contra os artistas da cidade, contra a população desta cidade. A operação de domingo, presidente, diferentemente do que o governador e do que o DF Legal têm dito para a imprensa – o que é mentira –, não foi uma operação para organizar o Eixão do Lazer, mas uma operação para acabar com ele, porque foi planejada e mobilizou uma grande estrutura: trator, caminhão, um monte de viaturas. Além disso, chegaram com truculência. Existe um vídeo que mostra um agente falando assim: “Nós viemos aqui com a orientação para limpar o Eixão, e quem não for embora vai ser tirado à força”.

Isso mostra o que o Ibaneis pensa sobre cultura e povo na rua. Limpar o Eixão? Limpar o Eixão? Quem ocupa o Eixão, presidente, é a alegria! Quem ocupa o Eixão é a cultura desta cidade, que, infelizmente, não dispõe de outros espaços.

Deputado Max Maciel, deveria existir um eixão do lazer em todas as RAs do DF – no Gama, em Santa Maria, em Planaltina, na Ceilândia, no Paranoá –, não apenas no Plano Piloto. Porém, não existe política cultural nesta cidade. Os espaços estão abandonados, os artistas estão abandonados.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Essa operação foi um absurdo! Hoje o governador publicou um decreto. Eles estavam justificando a operação com base em um decreto de 2020, da época da pandemia, que proibia a venda de qualquer mercadoria por ambulantes no Eixão. Foi essa a justificativa, mas ela não é verdadeira, não foi por isso que houve a operação. O que houve foi um ataque ao movimento cultural, aos trabalhadores que querem vender seus produtos. Então, retiraram um decreto da gaveta.

Agora fizeram um novo decreto que revoga, corretamente, o de 2020. De fato, durante a pandemia, não se podia vender nada lá, havia sentido, mas já acabou a pandemia. Só que ele emitiu um decreto ilegal, um decreto ilegal!

Eu vou ler o parágrafo único do art. 2º: “As atividades de lazer permitidas no Eixão do Lazer são caminhada, corrida, uso de bicicleta e de outros veículos não motorizados”. O governo restringe o que se pode e o que não se pode fazer. Esse é um ataque à cultura, à música. É ilegal esse decreto! A lei que institui o Eixão do Lazer não fala sobre isso.

Agora o governo quer proibir as pessoas de irem para o Eixão, se não for para caminhar ou andar de bicicleta. É um absurdo, é um absurdo a ausência de política cultural nesta cidade! Quem está pagando a conta de novo são os artistas, os trabalhadores da cultura, os trabalhadores de rua, que não dispõem de mais nenhum espaço para venderem seus produtos, porque não existe política de geração de emprego e renda. A população fica, mais uma vez, sem condições de acesso a espaços de lazer e de cultura nesta cidade.

Encerro, presidente, lendo uma notícia que reflete o governo Ibaneis e a sua falta de prioridades. Hoje foi publicada uma notícia de uma decisão do juiz Carlos Frederico Maroja sobre a conivência do governo com o desmatamento e com a falta de compromisso com a preservação de nosso meio ambiente e de nossas áreas verdes no Distrito Federal.

Eu vou ler um trecho da decisão, presidente: "A ineficiência das numerosíssimas ações fiscais que o GDF afirma estar praticando e a circunstância de que, recentemente, os órgãos fiscalizadores empreenderam operação espetacular para a coibição de rodas de samba no Eixão, enquanto a APA das bacias do Gama e Cabeça de Veado é invadida e arde em chamas, denotam que, na prática, os órgãos públicos infelizmente parecem ter perdido a capacidade de definir prioridade". Essa é a prioridade do Ibaneis: para a grilagem, para os amigos, para os empresários, para a especulação imobiliária, tudo; para a população, para a saúde, para a educação, para a cultura, para o transporte, é a ação da repressão. Essa é a prioridade desse governo e, infelizmente, a cidade de hoje, presidente, grita em alto e bom som que nós vamos ocupar as ruas, que o Eixão é nosso e que a cultura desta cidade não será tutelada pelas forças policiais e pelas forças de segurança. Está errado.

É por isso, presidente – eu já parabeno o deputado Fábio Félix pela iniciativa – que amanhã vários parlamentares realizarão uma audiência pública nesta casa para discutir a questão não só do Eixão do Lazer, mas da política cultural desta cidade, que precisa ser de fato efetiva.

Eu repudio e lamento muito a postura do governador Ibaneis com a cultura do Distrito Federal e com a ação truculenta no domingo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Quero registrar a presença dos estudantes e professores do CEF 5 de Brasília e do CEF 405 Sul, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Peço que a TV Câmara Distrital filme vocês. Deem um tchauzinho para a TV.

Sejam bem-vindos.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – senhor presidente, obrigado.

Boa tarde aos nossos trabalhadores, aos servidores que estão hoje na galeria da Câmara Legislativa, contem com o nosso apoio na aprovação do projeto de lei, assim como contaram com o nosso apoio na luta em defesa da reestruturação suada, que só foi arrancada com muita luta da categoria. Nós sabemos disso.

Estamos lutando para termos quórum, para que a votação se dê hoje na Câmara Legislativa do DF. Como já foi registrado pelo deputado Jorge Vianna, a oposição está toda em plenário para garantir o aumento e garantir que a votação seja efetuada, registrando que uma parte grande dos deputados da base também já está aqui, como o deputado Martins Machado, que chegou cedo.

Presidente, como não há quórum ainda, eu queria que vocês – quem está em casa, servidores, servidoras –, ouvissem a minha fala, porque, nesse domingo, eu fiquei assustado com a operação que o Governo do Distrito Federal fez no Eixão do Lazer. O Eixão do Lazer é um espaço de confraternização, cultura, esporte e lazer da nossa cidade, cuja atividade cultural tem crescido há muitos anos. Há mais de décadas, uma série de atividades culturais acontece no Eixão do Lazer do Distrito Federal. Há a atividade Choro no Eixo, que é enaltecida até por uma representante do Governo do Distrito Federal.

Deputado Ricardo Vale, simplesmente, o governo colocou trator e caminhão, numa ação de fiscalização, proibindo qualquer atividade com finalidade cultural no Eixão do Lazer. Isso é abusivo, arbitrário e inaceitável!

Houve uma onda contrária àquela posição do governo, feita sem nenhum diálogo com os produtores, deputado Eduardo e deputado Martins. No Eixão do Lazer, há chorinho – infelizmente, um tipo musical extremamente inacessível – de graça. Há jazz – tipo musical muitas vezes inacessível – de graça, para a população.

Como o deputado Max Maciel bem registrou, trabalhadores e outras pessoas vêm de todas as cidades para utilizar as atividades culturais do Eixão do Lazer.

Assustou-me mais ainda a posição do governador, ontem à noite. Sabem o que o governador

falou? Que ele não quer que o Eixão vire o Eixão da Cachaça. Não é novidade a tentativa de estigmatizar a cultura, tentando vinculá-la ao uso abusivo de álcool. Isso se faz há muito tempo, é ultrapassado, arbitrário e caricato.

Neste país, hoje, há autorização para o consumo de bebida alcoólica para maiores de 18 anos, em qualquer espaço! Neste país, não é proibido o uso de bebida alcoólica. Não é o governador que vai proibir o uso de bebida alcoólica, até porque não existem comportamentos abusivos sendo registrados e denunciados!

Deputado Eduardo Pedrosa, ouvi, no DF 1, o prefeito comunitário da 106 Norte lamentando a operação e dizendo que é a favor da cultura no Eixão. Não há como diferenciar moradores e não moradores, como se aqueles que estivessem se divertindo na cultura não fossem moradores. Somos todas e todos moradores do Distrito Federal! Somos moradores que querem exercer a cultura, gostam de chorinho e de criatividade.

Muitos são os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes que têm ali o seu sustento. Eles têm que ter o seu sustento garantido e respeitado. Estão ali há anos, trabalhando e ajudando as pessoas.

A operação que o governo fez foi um desastre!

No próximo domingo, haverá uma grande manifestação cultural pacífica no Eixão, chamada Ocupa Eixão Contra a Repressão. Será uma ocupação cultural que vai reunir milhares de pessoas do Distrito Federal inteiro, para dizer que o Eixão é nosso, é da população.

Como foi registrado, a nossa luta tem que ser para democratizar os espaços culturais desta cidade. Além de garantir cultura em todas as cidades...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Além de garantir a cultura em todas as cidades do Distrito Federal, precisamos garantir tarifa zero aos domingos, para que a população de todas as cidades do Distrito Federal tenha acesso ao Eixão do Lazer e às atividades culturais dos domingos, porque é uma dificuldade enorme o transporte público no domingo.

Eu queria dizer, com todo o respeito ao DER, que nós acessamos agora o *site* do DER para fazermos o que eles chamaram de pré-cadastro para os ambulantes. O *site* está fora do ar ou a pessoa começa o cadastro e o cadastro não funciona. Então, é uma ficção. Se esse pré-cadastro não funciona, ele é uma ficção para os trabalhadores.

Presidente, peço a vossa excelência, que é o presidente em exercício desta casa esta semana, que fale com os nossos secretários. Temos estado em contato com eles exigindo mudança no decreto. Houve a revogação do decreto. Eu quero acreditar que isso seja um passo para que a repressão acabe no eixão, para que o governo suspenda qualquer fiscalização no Eixão do Lazer até que nós tenhamos aqui o plano de uso do Eixão do Lazer.

O governo deu um tiro no pé, deputado Jorge Vianna. O governo pensa que o povo pode ser controlado. O governo acha que pode tutelar as atividades culturais da população, mas as pessoas farão um exercício livre da cultura nesta cidade e o governo não poderá cercear.

Governador nenhum, de gabinete no Palácio do Buriti ou onde quer que seja nesta cidade, pode tentar interferir no lazer, na cultura e no esporte da população. O governador não deveria meter o dedo dele numa área que está funcionando bem e que é utilizada pela população do DF.

Nós estamos falando de um contexto de seca, de calor. A população quer estar na rua, quer ocupar os espaços da sua cidade. Pelo amor de Deus! E o governo faz uma operação com trator, com caminhão, no meio do eixão, para reprimir a cultura. Isso é inaceitável!

Nós não vamos aceitar. Haverá mobilização, haverá resposta e haverá cultura nesta cidade, sim.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, alguns colegas parlamentares estão até com a agenda apertada, pediram que fosse votado o projeto e disseram que eles ficam para votar. Então, vamos acelerar essa votação, para aproveitarmos o quórum.

O deputado Thiago Manzoni, muito gentilmente, já abriu mão da fala por enquanto, para que possamos votar.

A deputada Dayse Amarilio quer dar uma palavra aos colegas da enfermagem. Depois começamos a votação, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Nós só temos 12 deputados por enquanto.

DEPUTADO JORGE VIANNA – O deputado Pastor Daniel de Castro está aqui na antessala, e o deputado Roosevelt está descendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – No momento em que tivermos quórum, faremos a votação.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu não vejo problema em se antecipar a fala da deputada Dayse Amarilio e antecipar a votação também desde que, depois de votarmos, seja concedido o tempo para que eu fale. Pode ser no grande expediente também. Não há problema algum.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está certo. Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Presidente, serei breve.

Estou muito feliz. Poucas foram as vezes em que viemos tão esperançosos para uma sessão para votarmos um projeto tão importante.

São 10 anos de espera dos técnicos de enfermagem. (Palmas.)

Eu tenho acompanhado essa luta, como profissional de enfermagem que sou.

Na tarde de hoje, faz-se uma justiça muito grande com essa categoria, com a qual eu tenho a honra de ombrear, de estar lado a lado como profissional há 23 anos.

Quero agradecer. Não foi fácil. Sabemos que não foi fácil, mas o movimento que vocês fizeram foi muito bonito, muito responsável, em um momento delicado, mas foi necessário. Estou muito feliz. Vamos votar este projeto.

Não quero me esquecer de falar da greve dos enfermeiros, cuja paralisação segue. Presidente, às vezes, fico até um pouco constrangida de falar nesta proposta, mas ela é muito responsável, porque não é baseada em achismo, em querer. É uma proposta baseada naquilo que entregamos. Nós da enfermagem sabemos o que temos entregado. Sabemos ou não sabemos, gente? Sabemos quanto tem sido difícil fazer a atenção primária como se fosse UPA, não conseguir referenciar nossos pacientes, ficar sozinhos e, muitas vezes, apanhar na porta do trabalho pela situação que estamos vivenciando. Os enfermeiros estão em uma campanha muito íntegra, muito correta, querendo fazer uma ampla mesa de negociação, mostrando que não é só questão de quantidade, que quem produz mais merece ganhar mais, não, mas mostrando aquilo que entregamos. A enfermagem entrega um cuidado científico, um cuidado que traz impacto, um cuidado que previne problemas na atenção secundária e terciária.

Tenho certeza de que, como os enfermeiros apoiaram o movimento de vocês nas suas entidades, como o sindicato se manifestou e eu me manifestei, vocês técnicos também vão apoiar o movimento dos enfermeiros.

Eu queria agradecer à secretária de saúde, que nos recebeu. Ficamos 2 horas e meia pensando em como fazemos um projeto que envolvesse produtividade, porque nós da enfermagem – a verdade é esta – não temos medo de produtividade, porque sabemos o que fazemos e o que entregamos. Se a enfermagem fosse remunerada pelo que ela faz e entrega, seria o profissional mais bem pago do Brasil.

Então, peço sensibilidade, porque ainda temos dificuldade de mostrar para os secretários o que fazemos. Há secretários que ainda têm dúvidas do que é a prática avançada em enfermagem, em que o enfermeiro toca as questões da IST, tuberculose, hanseníase, atenção primária, prescrição.

Pedimos o apoio desta casa. Vamos votar o projeto dos técnicos também. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente, uma ótima tarde a todos e todas.

Quero agradecer a Deus pela oportunidade de, mais uma vez, estar entre vocês. Passei 2 semanas hospitalizado. Eu estava com embolia pulmonar, mas Deus é fiel. Quero agradecer o carinho de todos os companheiros de parlamento, à minha família, a cada amigo que me ligou e se preocupou comigo. Quero dizer que Deus é fiel. Não há nada mais importante, deputado Fábio Félix, do que nossa saúde. Estou de volta para fazer o melhor pelo Distrito Federal. Muito obrigado a cada um de vocês pelas orações. Fiquei 2 semanas tomando morfina, sentindo dores muito fortes. Falaram, inclusive, deputado Max Maciel, que, se as dores não fossem aliviadas, eu seria entubado. Mas Deus é fiel, sou grato a ele pela vida e por mais uma vez poder fazer o bem para o Distrito Federal. (Palmas.)

Presidente, para finalizar, eu gostaria de dizer que hoje aconteceu um acidente gravíssimo na Avenida São Sebastião; um caminhão capotou. Eu já havia solicitado a esta casa a realização de uma audiência pública, no dia 3 de outubro, para debater a restrição da circulação de caminhões que tenham acima de 2 eixos na descida de São Sebastião. Nós estamos empenhados nisso.

Que Deus abençoe os técnicos de enfermagem. Contem com o meu apoio.

Que Deus dê saúde à sociedade brasiliense e à sociedade brasileira.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputado Rogério Morro da Cruz, em nome dos 23 deputados, saúdo sua volta a esta casa. Todos nós temos um carinho muito grande por vossa excelência, uma pessoa séria, um parlamentar com quem nos orgulhamos de trabalhar. Nós estamos muito felizes com a sua recuperação. Sabemos que vossa excelência passou por uma situação muito difícil. Vossa excelência mesmo falou da sua fé e, graças a Deus, está de volta. Desejo-lhe muita saúde e muito trabalho. O povo do Distrito Federal o merece como parlamentar. Siga firme.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na mesma linha do que vossa excelência ponderou em relação ao deputado Rogério Morro da Cruz, eu quero dizer que realmente, para nós, é uma grande alegria tê-lo de volta, trabalhando conosco, com saúde, com força. Eu sei que muitos dos deputados que acreditam em Deus colocaram a vida de vossa excelência na mão dele. Eu fui um dos que colocou a sua, a da sua esposa e a dos seus filhos. É uma grande alegria para nós tê-lo de volta, trabalhando com saúde, forte. O deputado Ricardo Vale falou muito bem ao dizer que, para nós, é uma honra ter alguém como vossa excelência aqui.

Estamos todos muito felizes, seja bem-vindo de volta.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Morro da Cruz, seja muito bem-vindo. Foram muitas as energias positivas. Esperamos tê-lo conosco e sempre bem.

Presidente, eu quero só fazer um registro. Estamos agora *online* no *site* do DER. O cadastramento proposto pelo DER aos ambulantes, aos trabalhadores de rua do Eixão, não está funcionando. Eles não estão conseguindo se cadastrar. Reforço o pedido para que no próximo domingo não haja a fiscalização e a retirada do material dos ambulantes que estarão no Eixão, porque o *site* e o sistema do próprio DER não estão funcionando. Não há como penalizar 2 vezes esses trabalhadores. Fica aqui o meu pedido. O *site* não está funcionando, o cadastramento não está acontecendo porque o sistema está fora do ar. Eu peço a vossa excelência que reforce esse pedido ao Governo do Distrito Federal, para que no próximo domingo não fiscalizem nem retirem o material de trabalho desses trabalhadores, enquanto isso não se resolver, enquanto não avançarmos na regulamentação necessária e justa para o conjunto dos trabalhadores da população.

Deixo registrado que sistema do DER está fora do ar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Vamos oficializar inclusive a Mesa Diretora desta casa, para que peça ao DER, – já que há problema no

cadastramento, no credenciamento dos ambulantes – que realmente deixe todo mundo trabalhar sossegado no próximo domingo, enquanto o sistema não for arrumado.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, equipes de assessoria, imprensa, que está presente, boa tarde. Pessoal que enche a nossa galeria, em especial nossos estudantes que estão aqui, sejam sempre bem-vindos.

Eu não sei se há alguém ainda aqui da Polícia Civil, mas se houver o pessoal que está lutando pela nomeação na Polícia Civil, conte sempre com o nosso apoio.

Eu espero que dê certo, pessoal, o deputado Jorge Vianna está se esforçando para que haja quórum e que votemos ainda hoje.

Eu sei que há muitos assuntos importantes a serem tratados aqui com relação ao Distrito Federal, mas, na minha opinião, não existe assunto mais importante do que o que acontece no Brasil, que tem reflexo aqui e hoje é noticiado no mundo inteiro com relação ao nosso Estado de direito.

Em 2016, aconteceu o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. O art. 52, parágrafo único, da Constituição federal, diz que, em caso de *impeachment*, a condenação somente será proferida por 2/3 dos votos do Senado Federal e vai ter como consequência a perda do cargo, com inabilitação por 8 anos para o exercício de função pública.

Naquela ocasião, o ministro Lewandowski, então ministro do Supremo Tribunal Federal, que presidiu a sessão do *impeachment*, condenou a então presidente Dilma apenas à perda do cargo, violando frontalmente a Constituição federal no que diz respeito aos 8 anos de inabilitação. Dilma Rousseff permaneceu habilitada para ocupar cargos públicos, e o Senado nada fez. Isso foi uma violação frontal.

Em 2017, o então presidente Michel Temer publicou um indulto de Natal, e o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a eficácia do indulto, que é prerrogativa do presidente da República. Os outros Poderes nada fizeram – nada fizeram. O próprio Supremo, numa espécie de lapso de atendimento à Constituição e submissão à legalidade, 2 anos depois, entregou vigência novamente àquele indulto do presidente Temer.

Mas um caminho estava sendo trilhado: um caminho de desrespeito à Constituição da República pelo tribunal que deveria salvaguardá-la, um caminho de desrespeito à lei pela suprema corte do Brasil. Um caminho estava sendo estabelecido e os outros Poderes nada fizeram com relação a isso. Submeteram-se ao início de uma jornada que agora coloca em risco a própria existência de um Estado democrático de direito no Brasil.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal considerou a homofobia e a transfobia crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. O Supremo Tribunal Federal, portanto, criou 2 tipos penais, mas é prerrogativa de o Congresso Nacional legislar sobre direito penal. O Congresso Nacional nada fez. Não houve reação. Ainda em 2019, o Supremo Tribunal Federal abriu inquéritos – inacreditável! O Supremo Tribunal Federal abriu inquérito para investigar “notícias fraudulentas, denúncias caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* e *injuriandi* que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal”.

Vou pedir 2 minutos a mais, presidente, porque o meu tempo está se esgotando.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Não há quórum. Estamos aguardando a chegada do deputado Pastor Daniel de Castro. Quando sua excelência chegar, votaremos o projeto. (Palmas.)

O inquérito foi aberto com base no art. 43 do Regimento Interno do Tribunal Federal que diz que, se ocorrer infração à lei penal na sede ou na dependência do tribunal, o presidente daquele tribunal vai instaurar inquérito. Entretanto, percebam, tudo o que é de *animus* – supostamente – *caluniandi*, *diffamandi* e *injuriandi* entra nesse inquérito que começou e não termina. Há 5 anos que o inquérito não termina! Os supostos crimes não são cometidos na sede do tribunal, que não tinha competência para abrir o inquérito! Sabem o que os senadores da República fizeram com relação a isso? Nada! O inquérito não tem sequer fato definido, apesar de o Código de Processo Penal exigir a narração do fato e de todas as suas circunstâncias para que o inquérito seja aberto. Sabem o que é que os senadores falaram? Nada! Não há regra respeitada no que tange à distribuição desse inquérito. É como se o Supremo Tribunal Federal fosse a vítima, abrisse o inquérito de ofício para investigar, ele

mesmo irá conduzir tudo e ele mesmo julgará. E o relator é uma espécie de pré-definição que não existe na nossa legislação. Vai tudo para o ministro Alexandre de Moraes. Sabem o que os senadores falaram sobre isso? Nada!

A situação é a tal ponto perigosa que, enquanto falo isso, alguém da galeria falou: "Salve!"

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Esse é o sentimento da população diante do que está acontecendo no Brasil. Eu mencionei um nome e alguém na galeria falou: "Salve!"

Na sequência, vieram banimentos de perfis em redes sociais, em decisões sigilosas, que são sigilosas para as próprias redes sociais, que são sigilosas para o alvo da investigação e que são sigilosas para os outros ministros do Supremo Tribunal Federal! Banimento de perfis em rede social, censura descarada! Não é para retirar algo que foi postado em violação à lei. É para que aquele perfil não poste mais. Censura descarada ao arripio da Constituição da República. Sabem o que os senadores fizeram? Nada! Nada!

O Poder Judiciário foi avançando, avançando, avançando e agora chega ao ponto de proibir emendas impositivas, que existem desde 2015 na própria legislação relativa ao tema. Sabem o que o Congresso Nacional fez? Um almoço com o presidente do Senado, com o presidente da Câmara dos Deputados e com os ministros do Supremo.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Ainda tenho 2 assuntos para tratar.

A inércia do Congresso Nacional atribuiu superpoderes a um poder: o Poder Judiciário, que hoje age como se reunisse as competências do Poder Executivo e do próprio Poder Legislativo. O estado de direito no Brasil – repito – acabou. O império da lei não existe mais. A lei só existe para quem é inimigo do regime e para quem tem coragem de se colocar contra o arbítrio e contra a tirania.

Finalmente, há 2 dias, o mesmo Supremo Tribunal Federal, por meio de decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes, depois confirmada pela Primeira Turma, suspendeu o funcionamento de uma rede social no Brasil por causa de uma briga, de uma disputa imbecil entre um tribunal...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – ... entre um tribunal e um cidadão norte-americano. Estão proibidos de utilizar uma rede social 21 milhões de brasileiros. Estão sendo prejudicados por uma decisão judicial só porque o Supremo quis. O mesmo Supremo confiscou dinheiro da Starlink, que não é ré no processo, que não é investigada, que não deve multa. Sabem o que o Congresso Nacional fez com relação a isso? Nada! Nada!

O destino do Brasil é o mesmo destino de outras ditaduras da América do Sul, como a Venezuela, onde o X é proibido também, onde as pessoas, quando falam o que pensam, vão presas. O destino do Brasil não é só o destino desses parlamentares que estão sendo perseguidos, é o destino de cada pai e mãe de família que, daqui a pouco, não vão poder mais dizer o que pensam e nem professar sua fé. É contra isso que nós precisamos nos levantar. Por isso, estaremos na Paulista, no dia 7 de setembro, contra o arbitrário...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito aos deputados que venham ao plenário para votarmos o projeto da enfermagem.

Esta presidência comunica que fica retirado da leitura do expediente de hoje o projeto de decreto legislativo de autoria do deputado Wellington Luiz.

Aliás, o deputado Wellington Luiz está de licença médica. Por esse motivo, a ausência dele está justificada.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde a todos.

Eu sempre gosto de pedir a Deus que nos abençoe. Para nós, é sempre uma alegria que a galeria esteja cheia com pessoas que querem, sim, transformar – em especial – a saúde do Distrito Federal.

Fica registrado o meu reconhecimento a esse pleito tão necessário. Eu não sou da área da saúde, mas sou mãe e mulher. Eu visito os hospitais e sei da necessidade de haver a estruturação na carreira e também a nomeação de outros concursados, como os enfermeiros e os técnicos em enfermagem.

Vocês tenham certeza do nosso apoio, porque, quando chegamos aos hospitais, são os enfermeiros que estão sempre – não estou desmerecendo os médicos – com o paciente, no dia a dia. Nós sabemos da condição na qual, muitas vezes, vocês trabalham.

Podem ter certeza do nosso compromisso para atendermos vocês. Faço apelo para que o Governo do Distrito Federal consiga, realmente, negociar com vocês para que não tenhamos greve, porque os senhores, em greve, comprometem a nossa saúde, e isso reflete nas pessoas que estão sofrendo.

Eu faço esse apelo ao secretário Ney, ao secretário Gustavo Rocha e, em especial, ao governador, que fala que nasceu no Hospital de Base. A mãe dele já precisou do Sistema Único de Saúde, portanto, ele sabe da importância que tem o Sistema Único de Saúde para a população. Fica registrado o nosso compromisso.

Estou vendo também a faixa: “Nomeiem a Adasa”. Também havia o pessoal da Polícia Civil na galeria.

Eu quero compartilhar o meu sentimento. Eu penso que nós devemos ter um Estado mais enxuto, mas há momentos em que temos certeza absoluta de que é o servidor quem segura o Estado. Nós estamos vendo um sucateamento, principalmente pelo aumento de cargos comissionados, e os servidores estão ficando à margem dessa sociedade. Por isso, a minha defesa é a de que a saúde, a educação, como políticas estruturantes, tenham servidores para continuarem a política – independentemente de quem esteja no poder. Portanto, vocês também têm o meu apoio.

Presidente, no centro do nosso plenário, da nossa galeria, há uma faixa com um tema de extrema importância para os enfermeiros, para os técnicos de enfermagem, para a Adasa que é: “Salve o rio Melchior”. Já há algum tempo o rio Melchior está sendo contaminado. Nós estivemos no SLU e no aterro sanitário. Tanto a Caesb quanto empresas estão jogando seus dejetos nesse rio.

O Movimento Salve o Rio Melchior é o de salve Brasília, salve a saúde da população de Brasília. Por isso, nós temos que assumir o compromisso de instalar a CPI do Rio Melchior, para a qual já há as 11 assinaturas necessárias. Há o compromisso desta casa de instalar essa CPI. Contem comigo para esse movimento. Na realidade, eu sou a proponente dessa CPI, com outros parlamentares que a assinaram e a apoiam.

Nós pedimos a esta casa e ao Colégio de Líderes que instalemos, o mais breve possível, essa CPI.

Senhor presidente, quero também aproveitar este momento para chamar a atenção de todos os brasileiros, de todas as brasileiras e de todos os brasilienses sobre algo extremamente grave que aconteceu agora, dia 27 de agosto.

No dia 27 de agosto, tocaram o Hino Nacional do nosso país – símbolo de patriotismo, de identificação brasileira e que nos traz orgulho. Agora, nas Olimpíadas, ouvimos algumas vezes o Hino Nacional tocar no pódio. No dia 27 de agosto, em um evento onde estava presente um deputado federal e o presidente da República, entoaram o Hino Nacional utilizando a linguagem neutra.

Nós, brasileiros, não podemos aceitar isso. Independentemente de ideologia, o nosso Hino Nacional tem que ser respeitado. Esta casa, eu, como parlamentar, mãe e, em especial, como cidadã brasileira, nós não podemos aceitar...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu vou repetir para ficar gravado: eu, como brasileira, mulher, mãe de 6 filhos e cidadã, digo que nós não podemos aceitar que coloquem a linguagem neutra no nosso Hino Nacional. Que sejam tomadas providências seriíssimas contra isso. O presidente da República estava lá na frente, com empresas que receberam ainda recursos públicos da Lei Rouanet. Fica registrada a nossa indignação com relação a esse fato.

Convoco todo cidadão brasileiro a repudiar esse cidadão que quer doutrinar a nossa família, as nossas crianças. Temos que banir esse cara da nossa sociedade.

Era isso, senhor presidente. Que Deus o abençoe.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Sem revisão do orador.) – Vamos votar o projeto, por gentileza?

Senhor presidente, eu não estou me sentindo muito bem e preciso me ausentar, por favor.

Vamos votar o projeto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Estão presentes 13 deputados, havendo, portanto, quórum regimental.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos 111 vetos da Ordem do Dia e votarmos as demais proposições das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos à leitura do primeiro item para votação.

Item nº 118:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. Foi apresentada uma emenda de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, designo o deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.266/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Haja coração!

Presidente, o projeto de lei altera o Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, para possibilitar a reestruturação da carreira técnico de enfermagem, músico da orquestra sinfônica e atividades culturais e também a nomeação na Novacap.

O projeto de lei tem uma emenda a favor da carreira do Detran.

Nós somos pela admissibilidade do projeto e da emenda apresentada.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários

queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.266/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

Incluo como item extrapauta o Requerimento nº 1.575/2024.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.575/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que "Requer a realização de audiência pública a ser realizada no dia 4 de setembro de 2024, às 18h30min, no Plenário da CLDF, em "Defesa da Cultura no Eixão do Lazer, do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 15 deputados.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, apenas para que fique registrado, embora não haja necessidade, porque os deputados têm acesso ao próprio projeto de lei, informo que, no projeto que eu acabei de ler, estão inclusos no relatório os nossos colegas da Adasa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix, para questão de ordem.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero só registrar – eu sei que o deputado Jorge Vianna citou que neste projeto também está incluída a reestruturação da carreira das atividades culturais e a carreira de músicos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, que também é uma luta importantíssima desta casa. Nós acompanhamos esta reestruturação – a presença do secretário de Cultura do Distrito Federal, nosso colega e ex-deputado distrital, Cláudio Abrantes.

É uma luta do ex-deputado, que tem uma trajetória em defesa da cultura; uma luta de vários parlamentares, como vossa excelência, deputado Gabriel Magno, e o deputado Max Maciel. O presidente da Câmara Legislativa lutou muito para que tivéssemos este atendimento: a carreira das atividades culturais e a carreira dos músicos da nossa Orquestra do Teatro Nacional. Isso é uma vitória, porque é uma carreira que há tempo não tinha reestruturação. Agora a nossa luta é para que o governo do Distrito Federal abra concurso para a carreira das atividades culturais e também para a orquestra.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Quero registrar a presença do secretário de Cultura, ex-deputado Cláudio Abrantes, sempre bem-vindo a esta casa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero só registrar a presença, nesta casa, neste momento, de 2 pessoas muito amigas. Primeiro,

registro a presença do querido desembargador eleitoral, doutor Jackson di Domenico. Segundo, registro a presença da candidata a prefeita de Valparaíso, Maria Yvelônia, mulher empoderada, que está disputando para valer a candidatura em Valparaíso de Goiás, uma candidatura forte, apoiada pelo presidente Bolsonaro, pela Michelle Bolsonaro.

Registro, então, a presença dessas figuras muito importantes e quero dizer o seguinte: nós abrimos a sessão declarando todo o apoio a todas as categorias, mas eu quero me reportar à categoria da saúde e dizer a vocês que eu estaria aqui e votaria de qualquer jeito e que não poderia deixar de estar justamente pelo deputado que vocês têm. Quero render as minhas homenagens ao deputado Jorge Vianna, que é um batalhador incansável pela saúde, assim como a deputada Dayse Amarílio. Deputado Jorge Vianna, eu fiz questão de descer ao plenário, porque vossa excelência sabe que é um parceiro. Falei para Maria Yvelônia: "Preciso descer, porque tenho esse compromisso com a categoria". Tenho esse compromisso com vocês.

Parabéns pelo representante de vocês. Podem contar conosco.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero saudar a galeria, os técnicos de enfermagem, que hoje conseguem uma importante vitória.

Vamos continuar na briga e na luta para que o Executivo encaminhe agora o projeto de lei da reestruturação da carreira. Estamos aprovando um caminho, que é a autorização na LDO. Que o governo, dessa vez, cumpra o acordo. Para isso, é preciso pressão, mobilização.

Deixo à disposição o nosso mandato.

Saúdo, também, o secretário de Cultura, o querido amigo Cláudio Abrantes.

Hoje se dá um passo importante, Cláudio, numa luta que esta casa tem feito de valorização dos servidores da cultura, da carreira de atividades culturais, bem como dos músicos e musicistas da orquestra.

Presidente, os músicos e as musicistas da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional ainda estão sem casa porque o teatro continua fechado. É fundamental que continuemos a mobilização de esforços e de recursos para que se abra a Sala Martins Pena, que já está em reforma. Que o Teatro Nacional possa ser, de novo, a casa não só da Orquestra Sinfônica, mas da cultura do país inteiro. O Teatro Nacional, patrimônio cultural do Brasil, é muito importante e está fechado há muito tempo. Faço esse registro dessa luta tão fundamental para se devolver aos músicos e musicistas da orquestra a casa deles, o nosso Teatro Nacional, e as condições de trabalho adequadas dos espaços que utilizam hoje.

Que avancemos com uma política cultural mais séria nesta cidade.

Presidente, obrigado.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, boa tarde.

Quero cumprimentar todos da galeria, especialmente todos vocês que estão nessa luta – o presidente do Sindireta, as pessoas da enfermagem, da Adasa e da cultura.

Nós sabemos muito bem da luta, porque sou militante. Trabalhei na Secretaria da Cultura como subsecretário – fui encarregado, gerente, subsecretário. Cláudio, é bom ter você, meu amigo, nosso secretário, neste plenário. É importante reparar o pessoal da cultura. Deputada Paula Belmonte, a defasagem do salário desses servidores é enorme. É um setor esquecido, mas um setor importante para o Distrito Federal. Muitos projetos passam por lá. Entre eles, o FAC, que é de suma importância para a cultura do Distrito Federal.

Reestruturar a carreira de servidores da cultura torna-se importante, assim como dos servidores da orquestra. A presença do nosso secretário reforça tudo isso, bem como a presença do Sindireta.

Presidente, obrigado, meu amigo. Vamos juntos.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, faço uma consulta antes de partirmos para o segundo turno.

Há uma moção nossa, extrapauta. Como esta semana está curta e possivelmente amanhã não haverá quórum, gostaríamos de solicitar a inclusão dessa moção na pauta de hoje, por gentileza, se for possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Se formos votá-la, tem que ser agora, porque depois não vai haver quórum.

Qual é o número da moção?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Presidente, é a Moção nº 962/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Acato a solicitação de vossa excelência.

Incluo, extrapauta, a Moção nº 962/2024, de autoria do deputado Max Maciel, bem como o Requerimento nº 1.584/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens extrapauta:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 962/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Senhor Mano Brown, rapper, cantor, empresário e apresentador brasileiro”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.584/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 12 de setembro de 2024, em Comissão Geral, para debater a situação da Saúde no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o requerimento e a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento e a moção estão aprovados com a presença de 14 deputados.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, na semana passada, houve um acordo para que votássemos os projetos de decreto legislativo em bloco, menos aqueles que estão – vamos dizer assim – com restrição de alguns deputados. Nós já tiramos esses projetos de pauta. Vamos votar todos os outros projetos de decreto legislativo em bloco, presidente, para que resolvamos isso também?

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência, que já havia feito uma solicitação para a mesa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, se formos votar os projetos, eu vou pedir destaque de alguns e vou discuti-los. Por isso, fiz o pedido para que não fossem votados, porque eu seria obrigado a discuti-los. Não me incomoda com isso. Vou pedir o destaque de alguns, vou discuti-los e votar contrariamente a eles.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vamos votar o segundo turno do projeto. Os projetos de decreto legislativo votaremos quando da votação do segundo turno, porque aproveitamos e já liberamos as pessoas.

Pode ser, deputada Paula Belmonte?

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Acato a solicitação de vossa excelência.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação, em segundo turno, dos projetos em pauta. Entre eles, o seguinte projeto:

– Projeto de Lei nº 1.266/2024.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h12min.)

Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

Adasa – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
APA – Área de Proteção Ambiental
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CEF – Centro de Ensino Fundamental
DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal
FAC – Fundo de Apoio à Cultura
GDF – Governo do Distrito Federal
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IST – Infecção Sexualmente Transmissível
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PIB – Produto Interno Bruto
PM – Polícia Militar
RA – Região Administrativa
Sindireta – Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta
Sindmédico – Sindicato dos Médicos do Distrito Federal
SLU-DF – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON KONIG - Matr. 12651, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 04/09/2024, às 16:30, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1807378** Código CRC: **4912F878**.

Ata Sucinta da 31ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 3 DE SETEMBRO DE 2024

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Ricardo Vale
SECRETARIA: Deputada Paula Belmonte
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 17 horas e 11 minutos
TÉRMINO: 17 horas e 21 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Ricardo Vale)
– Declara aberta a sessão.

2 ORDEM DO DIA

Observação: As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

(1º) **ITEM 1:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 1.266, de 2024**, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo nominal, com 14 votos favoráveis.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Ricardo Vale)
– Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença e o relatório de presença por recomposição de quórum, encaminhados pelo Setor de Apoio ao Plenário e pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente ata.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO
Primeiro-Secretário



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. 00160, Primeiro(a)-Secretário(a)**, em 04/09/2024, às 14:49, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1807480** Código CRC: **EB7EA543**.

Relatório de Presenças por Reunião

Reunião : 31ª Sessão Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura Dia : 03/09/2024

Nº	Nome Parlamentar	Partido	Hora	Modo
01	DAYSE AMARILIO	PSB	17:13:13	Biometria
02	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO	17:13:20	Biometria
03	FÁBIO FELIX	PSOL	17:13:57	Biometria
04	GABRIEL MAGNO	PT	17:13:42	Biometria
05	JORGE VIANNA	PSD	17:13:12	Biometria
06	MARTINS MACHADO	REPUBLI	17:13:08	Biometria
07	MAX MACIEL	PSOL	17:13:08	Biometria
08	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP	17:13:41	Biometria
09	PAULA BELMONTE	CIDADAN	17:13:03	Biometria
10	PEPA	PP	17:13:18	Biometria
11	RICARDO VALE	PT	17:13:15	Biometria
12	ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD	17:13:03	Biometria
13	ROOSEVELT	PL	17:13:19	Biometria
14	THIAGO MANZONI	PL	17:13:42	Biometria

Ausências :

Nome Parlamentar	Partido
CHICO VIGILANTE	PT
DANIEL DONIZET	PL
DOUTORA JANE	MDB
HERMETO	MDB
JAQUELINE SILVA	MDB
JOAQUIM RORIZ NETO	PL
ROBÉRIO NEGREIROS	PSD

Justificados :

Nome Parlamentar	Partido	Texto
IOLANDO	MDB	Licenciado conforme o AMD nº 97 de 2024.
JOÃO CARDOSO	AVANTE	Licenciado conforme AMD nº 114/2024.
WELLINGTON LUIZ	MDB	Licenciado conforme o AMD nº 123, de 2024.

Totalização

Presentes : 14 Ausentes : 7 Justificativas : 3

Presidente

Relatório de Presença por Recomposição : 31ª Sessão Extraordinária, da 2ª Sessão

Data: **03/09/2024**

Quando da Recomposição Parcial de Quorum às 17:16:48

Estavam Presentes

1	ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD
2	PAULA BELMONTE	CIDADANIA
3	MAX MACIEL	PSOL
4	MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
5	JORGE VIANNA	PSD
6	DAYSE AMARILIO	PSB
7	RICARDO VALE	PT
8	PEPA	PP
9	ROOSEVELT	PL
10	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
11	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
12	THIAGO MANZONI	PL
13	GABRIEL MAGNO	PT
14	FÁBIO FELIX	PSOL

Estavam Ausentes

1	CHICO VIGILANTE	PT
2	DANIEL DONIZET	MDB
3	DOCTORA JANE	MDB
4	HERMETO	MDB
5	IOLANDO	MDB
6	JAQUELINE SILVA	MDB
7	JOÃO CARDOSO	AVANTE
8	JOAQUIM RORIZ NETO	PL
9	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD
10	WELLINGTON LUIZ	MDB

Término da Reunião às 17:21:07

Estavam Presentes

1	ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD
2	PAULA BELMONTE	CIDADANIA
3	MAX MACIEL	PSOL
4	MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
5	JORGE VIANNA	PSD
6	DAYSE AMARILIO	PSB
7	RICARDO VALE	PT
8	PEPA	PP
9	ROOSEVELT	PL
10	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
11	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
12	THIAGO MANZONI	PL
13	GABRIEL MAGNO	PT
14	FÁBIO FELIX	PSOL

Estavam Ausentes

1	CHICO VIGILANTE	PT
2	DANIEL DONIZET	MDB
3	DOUTORA JANE	MDB
4	HERMETO	MDB
5	IOLANDO	MDB
6	JAQUELINE SILVA	MDB
7	JOÃO CARDOSO	AVANTE
8	JOAQUIM RORIZ NETO	PL
9	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD
10	WELLINGTON LUIZ	MDB

Presidente

Ata Circunstanciada da 31ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 3 DE SETEMBRO DE 2024.

INÍCIO ÀS 17H12MIN

TÉRMINO ÀS 17H21MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a deputada Paula Belmonte para secretariar os trabalhos da mesa.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para verificação do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências".

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, solicito que a votação seja nominal para valorizarmos os 14 deputados que vieram a esta casa no dia de hoje – alguns estavam até doentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Acato a solicitação de vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é só para justificar que o deputado Chico Vigilante, que é líder da nossa bancada, também esteve presente hoje, mas ele ainda está no processo de recuperação da dengue e por isso teve que sair. Ele não vai constar na votação, mas esteve presente e tem orientado nossa bancada a votar a favor dos servidores públicos da saúde, da cultura e de outros setores. Quero deixar registrado o motivo da saída do deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Fica registrado.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, quero registrar que a deputada Jaqueline Silva, que também estava aqui no primeiro turno, infelizmente teve que sair. Ela pediu que fizéssemos este registro e o agradecimento pela parceria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Fica registrado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.266/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Está aprovado.

Nos termos do art. 202 do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna para declaração de voto.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, desde o início, sabíamos que esse projeto era algo superior ao que imaginávamos. Em todas as dificuldades que enfrentamos, sabíamos que Deus botaria a mão nesse projeto. Então, não há como não agradecer a Deus a sabedoria com a qual conduzimos esse movimento. Mesmo contra muitos pensamentos negativos, conseguimos!

Quero fazer um agradecimento especial ao governador Ibaneis, que tocou isso. Ele apoiou o projeto, deu a ordem para o secretariado nos receber. O secretário Ney e o secretário Gustavo, da Casa Civil, foram 2 pessoas que se debruçaram sobre o projeto, fizeram os ajustes financeiros e conseguiram tirar o dinheiro.

Quero agradecer de forma muito especial ao nosso sindicato, do qual tenho muito orgulho de fazer parte – o Newton, a Josy, a Elza, a Isa, o João, o Moisés – e a todos vocês que fizeram uma grande festa e mostraram a força que tem essa categoria. A maior categoria de servidores da saúde são os técnicos de enfermagem.

Quero agradecer, também de forma muito especial, aos nossos colegas deputados. Há deputado doente que está aqui no plenário, gente. Há deputado que fez cateterismo que está aqui no plenário, o deputado Rogério Morro da Cruz, que não sabe o risco que corre e está de volta às suas atividades. O deputado Chico Vigilante também veio doente, mas não pôde estar presente. Enfim, agradeço a todos os deputados que se fizeram presentes hoje. Muitos não achavam que haveria sessão, mas houve. Graças a Deus, houve sessão. Muito obrigado, senhoras e senhores deputados! Tenham a certeza de que estarei sempre aqui para ajudá-los no que for preciso.

Obrigado, presidente, por ter colocado a matéria na pauta. O deputado Wellington Luiz não pôde estar presente, mas foi um deputado que esteve sempre conosco nessa luta.

O deputado Pepa veio correndo do hospital e chegou aqui esbaforido para falar que veio.

Muito obrigado ao deputado que deixou desembargador e prefeita no gabinete para estar aqui, o deputado Pastor Daniel de Castro.

Muito obrigado, gente!

Obrigado, categoria! Vou subir! Esperem aí!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço a vossa excelência que peça aos deputados que não se ausentem, porque fizemos um acordo.

Deputado Jorge Vianna, preciso da sua presença aqui agora para votarmos os projetos de

decreto legislativo consensuais, aproveitando que há quórum.

Poderíamos votar os projetos de decreto legislativo consensuais, os que servem tanto à base quanto à oposição, e deixar os polêmicos para semana que vem, senão vamos retardar a votação mais ainda.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputado, pelo que estou vendo, não há mais quórum para votarmos. Alguns deputados votaram e se retiraram. Vamos deixar a votação para a próxima terça-feira, está bem?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, peço a vossa excelência que deixe registrado que na próxima sessão de terça-feira os primeiros itens da pauta para votação serão os PDLs, porque estamos demorando demais.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Acato a solicitação de vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Há o PDL referente à Lilia Tahan, do *Metrópoles*, o qual faz aniversário agora, nesta semana – 9 anos. Ela será agraciada com o título de cidadã honorária nesta casa. Isso é muito importante para nós.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está acatado o pedido. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Verdade, há o Arnaldo, com 105 anos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Quem?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O Arnaldo, com 105 anos, um pioneiro. Eu estou pedindo pelo deputado Gabriel Magno.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Na terça-feira, esse será o primeiro ponto da pauta. (Pausa.)

Constata-se que não há em plenário o quórum necessário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h21min.)

Observação: Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
PP – Partido Progressistas
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON KONIG - Matr. 12651, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 04/09/2024, às 14:26, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1807380** Código CRC: **869B11E9**.

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL